



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR - FAPS

REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FAPS

ATA Nº 16/2013

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e treze, às nove horas e doze minutos, na Sala de Reuniões do Instituto, em Reunião Ordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Deliberativo do FAPS: João Carlos da Costa e Silva, José Carlos Matos, Gilberto de Oliveira Ramos, Paulo Ivan Rodrigues Vega e José Marly dos Santos Brando, conselheiros titulares, juntamente com os conselheiros suplentes, Rosane de Fátima Carneiro, Rosângela Paimira Della Vecchia, Solange da Silva Carvalho, Vilson Leme dos Reis e Gevaldino Souza de Oliveira. Vilson assume a titularidade, nesta reunião, devido à ausência do Conselheiro Edelvan. Foram convidados a participar da reunião: Vinícius de Vargas Bacichetto, Diretor Financeiro do FAPS; João Batista Moreira da Rocha, Diretor Administrativo do FAPS e José Guilherme Fardin, atuário do Instituto. O Presidente do Conselho, Sr. José Carlos, iniciou a reunião com a leitura e apreciação da pauta: aprovação e assinatura da ata 15/2013 (quinze barra dois mil e treze) e assuntos gerais. A pauta foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi passado para o primeiro ponto da pauta que se refere aprovação e assinatura da ata 15/2013 (quinze barra dois mil e treze), que foi aprovada por unanimidade. Nos assuntos gerais: **1.** José Carlos comentou que na semana passada foi realizada a apresentação para o Governo do Estudo do Cálculo atuarial 2013 (dois mil e treze) que será apresentado agora, pelo Fardin, para este Conselho. João Batista distribuiu as duas planilhas referentes às simulações dos aumentos de alíquota e dos impactos orçamentários existentes nestas simulações. Fardin apresentou o Estudo Atuarial 2013.5 (dois mil e treze ponto cinco), com base em 31 (trinta e um) de julho deste ano, realizado no mês de novembro. Ele ressaltou que: **a)** está sendo entregue oficialmente o estudo atuarial definido nos dois modelos que já havia sido apresentado, ou seja, dentro do modelo de capitalização normal do grupo integral. Estruturado em forma de alíquotas normais e custo suplementar crescente, numa tabela onde existem duas opções, sendo uma que inicia com o aporte menor para o Executivo e a outra com o aporte maior. **b)** o estudo foi em cima de uma possibilidade que poderá ser aprovada pelo Ministério da Previdência com um aporte inicial menor para o ano de 2014 (dois mil e quatorze). Ele indicou como o modelo principal, ou seja, o modelo técnico indicado. **c)** a segunda opção seria uma redução inicial que acarretaria num aumento futuro maior do que na outra proposta. **d)** a tendência é de que a alíquota do servidor passe para 12,91% (doze vírgula noventa e um por cento). Rosângela solicitou que conste em ata que, ela não concorda que o aumento do servidor seja de 1,91% (um vírgula noventa e um por cento) e o do Governo de apenas 1,18% (um vírgula dezoito por cento). Fardin esclareceu que o patronal aumenta 5,72% (cinco vírgula setenta e dois por cento) em 2014 (dois mil e quatorze). Rosângela comentou que se continuarmos perdendo dinheiro nas aplicações como estamos perdendo neste ano daqui a dois anos o fundo estará novamente com problemas. Vinícius esclareceu que, no que diz respeito à rentabilidade das aplicações, neste ano, foi negativa e todos sabem disso. Ele acrescentou que apenas um ou dois RPPS conseguiram um percentual positivo, mas muito baixo. Vinícius esclareceu que este percentual não foi perdido porque não realizamos nada, pois é uma questão de comportamento de mercado. Reforçou que enquanto tiver as questões políticas nacional a rentabilidade estará, ainda, muito volátil para o ano de 2014 (dois mil e quatorze) e, dentro destes vinte milhões estão incluídos os déficits e o déficit nada mais é do que não equilibrar as receitas com as despesas. Vinícius concorda com o que foi dito pelo Conselheiro Brando que para equilibrar receita e despesa tem que haver o aumento de alíquota, caso contrário iremos cada vez mais retirar do que é rentabilizado pelo fundo. Brando comentou sobre a situação da Petrobras que é o carro-chefe da IBOVESPA. Ele salientou que temos que torcer para que o Governo Americano retire os subsídios da sua economia para que os investimentos sejam redirecionados para o nosso país. Vinícius comentou que desde a criação do FAPS em 2001 (dois mil e um) já tinha a estratégia de utilizar parte da rentabilidade e, que de alguma forma terá que ser corrigido. José Carlos falou que na reunião que teve com os responsáveis da Administração para falar sobre esse assunto destaca as seguintes opiniões: **1.** a Administração não entende a amplitude e a importância dos Conselhos. **2.** a nossa categoria, também, não entende nem a amplitude nem as necessidades deste Conselho. **3.** para ele, que acompanha desde o início estes cálculos, o percentual apresentado é só o início, pois quando a meta atuarial baixar para 4,5% (quatro e meio por cento) será outra "pancada". **4.** daqui a quatro anos, independente de termos ou não assessoria, teremos outra "pancada". **5.** essas medidas não resolvem o nosso problema. **6.** o Governo não disse que ia aprovar uma ou outra proposta realizada por este Conselho, mas apenas solicitaram que os estudos sejam encaminhados para análise. Brando reiterou que: **1.** a solução do nosso déficit atuarial passa por um aumento de alíquota e isso é inevitável. **2.** estamos subordinados ao Ministério de Previdência Social, ou seja, referendada ou não

MARCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

por este Conselho uma das simulações, independente do que a Administração decidir, nós estamos na mão da aprovação do Ministério. Rosângela questionou se em nenhum momento passará a segregação. Fardin disse que o critério do Ministério mudou, ou seja, "fechou a porta" para a segregação. Paulo sugeriu um estudo no sentido de que no começo a alíquota seja maior para o Governo e menor para o servidor, sendo que aos poucos baixe para o Governo e aumente para o servidor até que chegue num equilíbrio. Fardin comentou que existem dois fatores primordiais que cooperaram nesta elevação do custo normal que tende a ser crescente que são: a utilização da tábua do IBGE, sendo que todo o ano aumenta a perspectiva de vida e isso faz com que o custo normal do plano aumente. Outro fator se refere ao regime de capitalização que é estruturado de forma que temos que guardar dinheiro para as aposentadorias e pensões, com as mudanças na lei, neste ano, que antes era somente para aposentadorias agora inclui as pensões. Para Rosângela estamos tentando solucionar um problema que não é nosso. Solange comentou que devemos pensar numa forma de diluir o impacto para o servidor. Ela pontuou que pensou muito sobre a frase que o Joel disse na última reunião de que não devíamos sofrer muito, pois no fundo o Conselho é só um Conselho e quem decide mesmo é o Executivo. Gevaldino disse que as pessoas não deveriam ter medo da administração e, se precisar seremos antipáticos com os colegas para evitarmos um problema muito maior. Brando falou que se preocupa com questões como: plano de carreira, algumas incorporações, entre outras situações. José Carlos ratificou as preocupações apresentadas pelos Conselheiros e não vê uma forma de encaminhamento que seja diferente do que foi apresentado. Ele colocou em votação: foram favoráveis pela apresentação da proposta discutida, pois é a única no momento: José Carlos; João Carlos; Gevaldino; Paulo; Gilberto; Brando e Vilson. Rosane se manifestou contra tendo em vista que no período que participou neste Conselho não foi suficientemente esclarecida e convencida desta posição. 2º José Carlos comentou sobre o motivo que a ata nº 02/2013 (dois barra dois mil e treze) não estar publicada no site do Instituto. Ele esclareceu aos Conselheiros que falta a assinatura de uma Conselheira, pois ela comentou que havia feito uma colocação na reunião que não consta na referida ata. No entanto ele escutou toda a gravação e não consta na gravação a colocação pontuada. José Carlos falou para os Conselheiros que irá conversar com ela e caso ela queira escrever à mão sua colocação com a expressão "em tempo" não vê problemas. Este assunto será trazido na próxima reunião. 3º José Carlos informou que o Conselho Fiscal do FAPS encaminhou o ofício 007/2013 (sete dois mil e treze) solicitando algumas providências. João Batista e João Carlos esclareceram sobre os assuntos mencionados e os encaminhamentos que foram realizados. 4º José Carlos falou que em relação a Minuta de Projeto de Lei referente ao adicional noturno, ele foi informado pelo Presidente do IPAM e pelo Diretor Administrativo do FAPS que o processo já foi encaminhado para a Administração com o parecer do Dr. Luiz Carlos dos Santos em que ele diz que é inconstitucional a incorporação. José Carlos acrescentou que o entendimento do Gestor do IPAM é de que não havia necessidade de passar novamente por este Conselho. Ele comentou que, para ele, isto é uma vergonha e que lhe faltam palavras para dizer algo com referência a isso tendo em vista que esteve no Instituto em mais de uma situação, se apropriou do material, analisou, fez propostas e o assunto não veio para votação neste Conselho. José Carlos sugeriu que a Administração tenha ciência que esta Minuta foi para aprovação da Administração e que este Conselho foi ignorado para análise da mesma. João Batista falou que desde o início não cabia a este Conselho tomar decisões, ou seja, não cabe a este conselho a decisão política de qual medida vai ser tomada com relação ao projeto de lei, se atender aos apontamentos do TCE ou aos ditames constitucionais. José Carlos esclareceu que nas competências deste Conselho está no artigo 46 (quarenta e seis), da Lei 241 (duzentos e quarenta e um), de 29 (vinte e nove) de junho de 2005 (dois mil e cinco), que: é de competência do Presidente do IPAM, em relação ao FAPS: convocar os membros do Conselho Deliberativo para decisão de todos os atos que envolvam alterações na legislação, no patrimônio e na administração do FAPS. João Carlos comentou que a sua intenção ao encaminhar para a Administração foi de que após a análise realizada por eles sobre o tema, irá trazer novamente para este Conselho para a realização da votação. Ficou decidido que: 1º. Será encaminhado para o Governo as sugestões que visam equilibrar receita e despesa do FAPS. 2º. Será realizada uma reunião extraordinária no dia 17 (dezessete) de dezembro do corrente, às 09 (nove) horas, na Sala de Reuniões do Instituto. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araújo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

MÁRCIA DE ARAÚJO